

A GEOGRAFIA DA (IN)SEGURANÇA NUM MUNICÍPIO PORTUGUÊS DE MÉDIA DIMENSÃO

Sara Silva

Departamento de Geografia
Universidade do Minho
sara.catarina.g@gmail.com

Paula Remoaldo

Departamento de Geografia
Universidade do Minho
premoaldo@geografia.uminho.pt

Resumo

A criminalidade em meio urbano é um tema relevante para a população portuguesa, conduzindo a alterações mais ou menos significativas das suas rotinas diárias, de modo a sentir-se mais segura. O município de Guimarães tem sido estudado em vários domínios sociais e culturais, mas sabe-se muito pouco sobre a problemática da criminalidade e sobre o sentimento de insegurança. Atualmente pode-se afirmar que a criminalidade pode ser atenuada ou inconscientemente potencializada, pela disposição da malha urbana. Tendo em consideração esta perspetiva, resolvemos investigar a atual situação do município de Guimarães face aos crimes de furto e roubo, tentando compreender de que modo estes comportamentos infratores influenciam as rotinas dos cidadãos. Para tal, aplicamos um inquérito a 200 residentes em Guimarães, tendo por base o tema da insegurança no município de Guimarães, onde, entre outras questões, foi aferido o seu sentimento de (in)segurança face ao município. O resultado do inquérito permite-nos concluir que a noção de aumento de criminalidade está patente na perceção dos cidadãos vimaranenses em relação aos últimos anos.

Palavras-chave: Guimarães, Crime, Roubo, Perceções.

Abstract

The criminality in the urban environment is a relevant theme to Portuguese population, leading to more or less significant alterations of their daily routines, in order to fill more secure. The municipality of Guimarães has been studied in various social and cultural domains, but very little is known about the problems of crime and of the feeling of insecurity. Currently it can be affirmed that the crime can be mitigated or be unconsciously potentiated by the urban grid.

Taking in consideration this perspective we decided to investigate the current situation of the municipality of Guimarães comparing crimes of burglary and theft, and trying to understand how the crime can influence the routines of citizens. To this end, we have applied, in 2013, 200 surveys to the population of the municipality of Guimarães. The surveys allowed us to conclude that the notion of crime increase is evident in the perception of vimeirense citizens taking into account the more recent years.

Keywords: Guimarães, Crime, Burglary, Perceptions.

Introdução

A expansão das urbes acarreta inúmeros desafios e oportunidades para quem as gere e as habita. Na atualidade, um dos maiores desafios no planeamento urbano, a nível europeu e mundial, prende-se com a necessidade de proporcionar à população um espaço físico agradável para ser vivido e, para tal, vão sendo planeados modelos de cidades sustentáveis que garantam o equilíbrio físico e social. Este tipo de preocupação é transversal a todas as sociedades, independentemente do seu crescimento económico.

Nos últimos séculos, os “perigos” e “medos” associados às cidades foram sendo percecionados de forma distinta pelos indivíduos e à medida que a urbe ia crescendo e os “espaços predatórios”, aumentando os sentimentos de medo iam-se agudizando. O medo que existia em relação ao núcleo urbano da sociedade portuguesa oitocentista era distinto daquele gerado na época pré-moderna. O medo em relação à cidade oitocentista dizia respeito à associação da cidade à epidemia, passando pelas tragédias relacionadas com a ira divina. A partir do século XIX as populações consideram, *grosso modo*, a existência de elementos que despontam a configuração dos atuais perigos, como a existência de pessoas mendicantes a vaguear pelas ruas, a evidente ociosidade de grupos da população muitas vezes associada a meretrizes, arrumadores de carros ou delinquentes de rua (Fernandes e Rêgo, 2011).

A apropriação dos espaços urbanos e o olhar da população sobre os mesmos foi-se alterando ao longo dos anos contribuindo para a alteração dos sentimentos de pertença e para a existência de receio ou medo de os utilizar.

A criminalidade em meio urbano é um tema que tem preocupado a população portuguesa induzindo, em alguns casos, a mudança das suas rotinas diárias, de modo a sentir-se mais segura. O município de Guimarães (noroeste de Portugal Continental) tem sido estudado em vários domínios sociais e culturais, mas sabe-se muito pouco

sobre a problemática da criminalidade e o sentimento de insegurança em espaço urbano e, em especial, no casco histórico da cidade de Guimarães.

Com base nestes pressupostos, foi realizada uma investigação, no ano de 2013, tendo sido aplicado um questionário a 200 indivíduos residentes no município de Guimarães, de ambos os sexos, tentando cobrir todas as idades e os vários estatutos socioeconómicos. O objetivo do nosso inquérito prendeu-se com a perceção dos residentes em relação à problemática da criminalidade. A nossa amostra pretendia-se representativa da população vimaranense, mas admitimos a existência de uma margem de erro de 6,95% para um nível de confiança de 95%. Importa salientar que se trata da primeira vez que um estudo com este objetivo é realizado no município de Guimarães, apesar de existirem vários estudos realizados portugueses (e.g., Esteves, 1999) e internacionais (e.g., Jacobs, 1992; Newman, 1996; Crowe, 2000).

Os resultados revelam que são elevados os níveis de sentimento de segurança no município. Existe, no entanto, uma consciência coletiva de que a criminalidade nas ruas, nas residências, visando os veículos e as lojas tem vindo a aumentar desde 2009.

A área de residência é entendida como um espaço seguro independentemente do período do ano, da semana ou do dia. Os níveis de sentimento de segurança na área de residência são superiores a 70%.

O presente artigo está estruturado em quatro secções. Na primeira tecem-se algumas considerações sobre a influência da criminalidade no sentimento de insegurança, quer à escala internacional quer para Portugal. Seguidamente, tecem-se as principais considerações sobre a metodologia adotada e realiza-se uma breve caracterização da amostra recolhida. Na secção três apresentam-se e discutem-se os resultados mais relevantes. Nas conclusões esboçam-se as principais ilações a retirar do estudo realizado.

1.A influência da criminalidade no sentimento de insegurança

Durante as décadas de 60 e de 70 do século XX ocorreu um crescimento acelerado e pouco ordenado um pouco por todos os centros urbanos europeus. Em Portugal foram as cidades costeiras e, em especial, a cidade de Lisboa, que viram alterados os seus tecidos urbanos devido à afluência de um elevado volume populacional oriundo das localidades do interior do país, em busca de melhores salários e consequentemente de melhores condições de vida. O grande problema era

que as cidades não estavam preparadas para acolher tantos indivíduos, o que provocou o fenómeno da construção ilegal desenfreada nas periferias das cidades.

O crescimento desordenado do tecido urbano acarretou impactes diretos no modo de vida das populações associados ao aumento do consumo e ao crescimento económico. A evolução acelerada da economia europeia foi de igual modo acompanhada pelo aumento acentuado da criminalidade e violência, trazendo para o debate, por toda a Europa, o tema da insegurança.

No final da década de 70 do século XX, o tema da insegurança passou a gozar de uma importância central nos discursos políticos, nos órgãos de comunicação social e a ser discutida pelos cidadãos em geral (Esteves, 1999; Lourenço, 2010).

A partir da mesma década, a segurança das urbes passou a ser considerada como um dos vários *itens* a ter em consideração quando se pretende atingir um grau de satisfação social elevado. Segundo Esteves (1999: 11), a criminalidade “paralelamente às questões da degradação ambiental, do trânsito, da habitação, e outras, é um dos maiores problemas urbanos que urge combater e resolver”.

O crescente aumento da insegurança dentro das áreas urbanas tem sido um facto, sendo muitas das vezes apontado como uma consequência do desequilíbrio entre a procura de melhores condições de vida e a oferta de emprego, acesso à habitação, aos transportes, aos serviços de saúde, à educação, que são disponibilizados tanto pelo Estado como pelo patronato. A ausência de adesão às normas sociais e os sinais externos de abandono habitacional poderão dar origem a sentimentos como a insegurança e o descontentamento (Heitor, 2007; Fernandes e Rêgo, 2011).

Tal como é referido no Projeto Cíbele (2001-2002), desenvolvido pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (A.P.A.V.), as áreas de maior densidade populacional estão associadas a elevados índices de delitos, enquanto nos espaços rurais o número de delitos tende a ser mais baixo por existir nestes espaços um “controlo informal” por parte da população. Tal acontece por se conhecerem as rotinas dos vizinhos, conduzindo, de forma inconsciente, a uma vigilância dos bens da comunidade (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 2002).

Os sentimentos associados aos espaços dependem da forma como são coabitados pelas populações. O aumento do investimento nas forças de segurança pública e de legislação, por si só, não têm constituído uma solução para este problema (Heitor, 2007). São vários os estudos internacionais que nas últimas décadas têm vindo a trabalhar o tema da insegurança (e.g., Jacobs, 1992; Newman, 1996; Crowe, 2000; Surette, 2007; Zauberman, 2010; Carnevalli e Endlich, 2011; Niklaus, 2012)

relacionando-a com a malha urbana, contribuindo de forma direta para os modelos práticos de segurança. Um dos exemplos é o de Timothy Crowe (2000) durante o período em que foi diretor do *American National Crime Prevention Institute* (N.C.P.I.) e em que desenvolveu um programa de formação em *Crime Prevention Through Environmental Design* (C.P.T.E.D.), para as forças de segurança americanas.

Em Portugal, as Políticas Públicas de Segurança em geral e de Policiamento de Proximidade em particular, desenvolvidas em parceria em alguns casos com o Poder Local, têm em vista a minimização do sentimento de insegurança. Os Contratos Locais de Segurança, desenvolvidos desde 2008, são exemplo da preocupação com a segurança e o bem-estar da população com sugestão de diretrizes de organização, ocupação e construção do território (Machado e Neves, 2011).

A implementação, na prática, das ideias teorizadas pelos mais variados autores está a ser efetuada por várias instituições e países, como são exemplo a *European Designing Out Crime Association* do Reino Unido, a *CPTED Netherlands*, o *International CPTED Association* e o *Design Center for CPTED* do Canadá, entre vários exemplos que poderiam ser enunciados (Machado e Neves, 2011).

Partilhamos da opinião de Vítor Campos (2012), Diretor-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, quando refere que a questão da segurança não se pode reduzir à dimensão policial. A segurança das populações advém do equilíbrio entre as relações sociais e o meio físico onde se deslocam e residem. Sendo intrínseca a relação entre o Homem e o espaço físico, a disposição da malha urbana surge nesta relação como um mediador de comportamentos. Na existência de espaços planeados de forma pensada a caucionar o equilíbrio das relações sociais, o sentimento de insegurança acaba por ser amenizado, bem como o número efetivo de crimes de rua (Machado e Neves, 2011).

Mas, para além dos factos precedentemente relatados, a segurança ou a insegurança de um espaço não depende apenas do planeamento do mobiliário urbano ou da forma como os edifícios estão dispostos em relação às praças ou jardins públicos e/ou privados. As imagens mentais que vão sendo criadas sobre determinado quadrante do espaço físico podem ser determinantes, como é o exemplo das cidades que estão quase sempre associadas à criminalidade (Sá, 2000). No entanto, a realidade percecionada pode não corresponder ao número real de crimes ocorridos (Esteves, 1999).

2. Metodologia adotada e breve caracterização da amostra

2.1. Técnica usada e sua aplicação

Com base nestes pressupostos, foi realizada uma investigação, de carácter quantitativo e exploratório, no ano de 2013, tendo sido aplicado um inquérito por entrevista diretiva ou estandardizada a 200 indivíduos residentes no município de Guimarães (noroeste de Portugal continental). O objetivo principal do nosso inquérito prendeu-se com a perceção dos residentes em relação à problemática da criminalidade, centrando-nos nos crimes de furto e de roubo, que se inserem no grupo dos crimes contra a propriedade, que encerram um maior número de registos.

Importa salientar que o crime de furto distingue-se do de roubo pela ausência de: violência contra a vítima; ameaça sobre a vítima, causando-lhe perigo iminente de vida ou pondo em causa a sua integridade; colocação da vítima na impossibilidade de resistência (Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2013).

Tentou-se que a amostra fosse representativa da população vimaranense, usando uma margem de erro de 6,95% para um nível de confiança de 95%. O cálculo do intervalo de confiança foi realizado a partir do número de residentes (158.048 habitantes), determinado pelo último Recenseamento Geral da População realizado em 2011 (I.N.E., 2012).

O inquérito foi aplicado em sete farmácias localizadas em diferentes freguesias do município de Guimarães, entre os dias 27 de julho e 9 de agosto de 2013, tendo demorado, em média, 5 minutos a sua aplicação. Foram abordados 331 indivíduos correspondendo a uma taxa de recusas de 40%. A aplicação dos inquéritos cobriu 46 freguesias das 69 (designação administrativa anterior à agregação das freguesias) do município de Guimarães: Farmácia Monteiro (freguesia de Caldelas), Farmácia Horus e Farmácia Barbosa (freguesia de São Paio), Farmácia Luísa Vasconcelos (freguesia de Lordelo), Farmácia São Torcato (São Torcato), Farmácia Castilho e Farmácia Confiança (freguesia de São Jorge de Selho). Foram escolhidas estas farmácias tendo em conta a área de intervenção dos postos e esquadras das forças de segurança, tendo como objetivo alcançar o maior número de indivíduos residentes no município de Guimarães.

Segundo Ribeiro (2012), a aplicação de inquéritos à população nas farmácias acarreta uma oportunidade de alcançar todas as classes etárias e socioeconómicas, bem como possibilita, mais facilmente, o alcance de todos os munícipes, visto tratar-se

de um serviço essencial para quem quer aviar uma receita médica ou para quem pretende adquirir algum fármaco.

Foi aplicado um pré-teste na Farmácia Monteiro, no dia 23 de julho de 2013, entre as 15h e as 18h, a um grupo de 10 utentes da farmácia, tendo-nos deparado com o facto de a maioria dos inquiridos não saber distinguir o crime de furto do crime de roubo, englobando em muitos casos os crimes de furto na categoria dos de roubo. Depois de se procederem a alguns ajustes no questionário, este foi aplicado a 200 indivíduos.

O questionário dividia-se em 5 grupos. O primeiro preocupou-se com a identificação do inquirido, enquanto o segundo se centrou nos inquiridos que foram vítimas de furto ou roubo. O terceiro grupo estava relacionado com a perceção dos inquiridos da evolução da criminalidade desde 2009 até à atualidade. O quarto grupo pretendia-se com a opinião do inquirido sobre a segurança na sua área de residência e, por fim, o quinto grupo pretendeu que o inquirido classificasse a atuação das forças de segurança.

2.2. Breve caracterização da amostra

Para a obtenção de 200 inquéritos válidos abordámos um total de 331 indivíduos. De entre as respostas válidas, obtivemos 39,5% (n=79) de homens e 60,5% (n=121) de mulheres (Quadro 1). O desequilíbrio em termos de sexo deriva do facto de as mulheres terem mostrado mais disponibilidade e interesse em responder ao inquérito, enquanto os homens revelaram ser mais reticentes e pouco recetivos à resposta ao mesmo, afirmando em muitos casos que “Guimarães é seguro, não existem grandes problemas e eu sinto-me seguro”.

Este tipo de postura foi recorrente entre os indivíduos abordados até aos 59 anos do sexo masculino, mostrando alguma resistência à participação no inquérito. Segundo Peixoto (2012: 130/131), “A socialização continua a condicionar significativamente os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres. (...) Dentro do conceito de masculinidade ao nível das representações sociais, o homem não pode ter medo visto que o medo faz parte dos fracos”. Esta pode ser considerada uma explicação para a ocorrência mencionada.

O Psicoterapeuta Abílio Monteiro afirma que de um modo geral os comportamentos dos indivíduos são moldados pela educação que recebem. ‘Um homem não chora’ e é um dos exemplos de condicionalismo psicológico exercido em

especial sobre os rapazes, limitando a livre expressão dos sentimentos e de futuros comportamentos (Guerreiro, 2003).

Quadro 1 - Características dos inquiridos

	Nº	%		Nº	%
Sexo			Nível de instrução		
Masculino	79	39,5%	Não sabe ler nem escrever	1	0,5
Feminino	121	60,5%	1º ciclo do ensino básico	58	29,0
			2º e 3º ciclos do ensino básico	42	21,0
Idade	Nº	%			
15-19	7	3,5			
20-24	22	11,0			
25-29	15	7,5			
30-34	11	5,5			
35-39	24	12,0			
40-44	16	8,0			
45-49	13	6,5			
50-54	19	9,5			
55-59	18	9,0			
60-64	16	8,0			
65-69	15	7,5			
70-74	9	4,5			
75 ou mais anos	15	7,5			

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

Em termos globais, não se destaca um grupo etário no grupo dos inquiridos, em virtude da disponibilidade de tempo que existia por parte do utente enquanto aguardava pela vez para aviar a sua receita (Quadro 1). Na maioria dos casos, a recetividade para a aplicação do inquérito foi boa. Ultrapassada a resistência da abordagem inicial manifestada pelos homens, os inquiridos mostravam preocupação com a problemática, acabando por nos transmitir as suas perceções e experiências de vida.

É de destacar a existência de 15 inquiridos (7,5%) com “75 ou mais anos”, em que dois dos inquéritos foram respondidos por pessoas de 80 anos, outros dois por pessoas com 82 anos, e a idade mais avançada correspondeu a 2 pessoas de 83 anos, mas que ainda revelavam lucidez e autonomia. No caso do nível de instrução, só um inquirido não sabia ler nem escrever (0,5%) e os restantes inquiridos distribuíram-se de modo mais ou menos equilibrado (Quadro 1).

Uma das condições para responder ao inquérito foi ser residente no município de Guimarães. Foi possível inquirir indivíduos residentes em 46 freguesias, sobretudo de perfil urbano ou de transição, em termos morfofuncionais, o que demonstra que o inquérito aplicado conseguiu abranger mais de metade das freguesias que compunham o município.

3.A percepção dos vimaranenses sobre o crime contra a propriedade

3.1. Identificação dos inquiridos vítimas de roubo e/ou furto

A percentagem de indivíduos que já foram vítimas foi calculada a partir do número de respostas positivas à pergunta “Já alguma vez na sua vida foi vítima de furto ou roubo?”, obtendo-se 25% (n=50) de inquiridos que já tinham sido vítimas de roubo e/ou furto. A percentagem de vimaranenses vítimas é superior à da região do Minho, obtida através no *Inquérito à Propensão para a Vitimização* de Peixoto (2012). O inquérito de vitimização, realizado entre 2005 e 2009, incidia sobre quatro regiões, sendo que os Açores foi a região com maior percentagem de vítimas, com 22,5% (n=1.310), seguida pela Beira Interior, com 20% (n=1.600), pelo Minho, com 18,1% (n=1.610) e pelo Douro Litoral, com 14% (n=1.610).

Do grupo de 50 inquiridos que já tinham sido vítimas, a maior parte da vitimização ocorreu uma vez ao longo da sua vida, com a identificação de 39 indivíduos (Quadro 2). Dos restantes 11 inquiridos em que a vitimização foi superior a uma vez, quatro responderam terem sido vítimas 2 vezes, dois inquiridos foram vítimas 3 vezes, e cinco responderam que foram vítimas mais de 3 vezes.

Quadro 2 - Número de indivíduos que responderam "sim" à pergunta "Já alguma vez na sua vida foi vítima de furto ou de roubo?"

	1 vez	2 vezes	3 vezes	Mais de 3 vezes	Total
Furto	31	2	2	3	38
Roubo	8	-	-	1	9
Roubo/Furto	-	2	-	1	3
Total	39	4	2	5	50

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

É também possível identificar a existência de três indivíduos que nos responderam terem sido vítimas tanto de roubo como de furto, ocorrendo a duas vítimas terem sido furtadas e outra vez roubadas. No caso da terceira vítima,

contabiliza-se a existência de três registos de furtos e de roubos, o que perfaz um total de seis crimes exercidos sobre a vítima ao longo da sua vida.

Individualizando a informação de forma a tornar mais fácil a leitura dos dados, há 41 indivíduos que foram vítimas do crime de furto e 12 que foram vítimas do crime de roubo (independentemente dos casos em que as vítimas já sofreram dos dois tipos de crime).

Quanto ao sexo dos inquiridos que já foram vítimas de roubo e/ou furto, de entre os 50 inquiridos, 62% são mulheres (n=31) e 38% (n=19) são homens. Em todos os casos de furtos, roubos ou das duas situações, o número de mulheres vítimas é superior ao número de homens (Quadro 3).

O maior número de mulheres vítimas pode suceder devido a dois motivos: o primeiro e mais evidente, é o menor número de homens inquiridos (60,5% mulheres e 39,5% homens). A segunda hipótese e talvez a mais plausível, prende-se com a maior vulnerabilidade física das mulheres, podendo facilitar a existência de um maior número de furtos e roubos exercidos sobre elas. Além de usarem objetos mais visíveis e fáceis de roubar, como é o caso da mala/carteira. Os delinquentes são na sua maioria homens entre os 20 e os 30 anos de idade, que usam da sua força e agilidade para intimidar a vítima (Giddens, 2008).

Quadro 3 - Identificação por sexo das vítimas de roubo e/ou furto

			Número de vezes que foi vítima				Total
			1	2	3	+ 3	
Fem.	Tipo de crime	Furto	20	1	-	1	22
		Roubo	6	0	-	1	7
		Roubo/Furto	0	1	-	1	2
	Total		26	2	-	3	31
Masc.	Tipo de crime	Furto	11	1	2	2	16
		Roubo	2	0	0	0	2
		Roubo/Furto	0	1	0	0	1
	Total		13	2	2	2	19

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

No caso dos 12 inquiridos que responderam que já foram vítimas de roubo, à pergunta “O que lhe foi roubado?”, em nove situações de roubo referenciaram a carteira/mala/documentos, em três foi-lhes roubado dinheiro e os restantes dez roubos relacionaram-se com a subtração de bens pessoais (ouro, relógio, etc.).

À pergunta “Quando ocorreu?”, constatou-se que 12 roubos ocorreram durante o dia e dez durante o período da noite. Também era pedido para identificarem o mês e o

dia da semana do roubo. Mas em 15 casos os inquiridos não conseguiram identificar o mês nem o dia da semana da ocorrência do crime.

Na pergunta “Sofreu ameaça de alguma arma?”, apenas um inquirido respondeu que sim, sendo utilizada para a coação uma arma de fogo. Quando se inquiriu se “Sofreu algum tipo de agressão?”, a maioria respondeu que não (n=8). Os que responderam ‘sim’, uma das vítimas indicou a existência de agressão verbal por parte do delinquente, e as outras 3 vítimas indicaram a existência de agressão física. De entre os 12 inquiridos/vítimas de roubo, apenas dois afirmaram ter reconhecido ou já terem visto o delinquente antes do crime de roubo.

À última pergunta relacionada com o crime de roubo, “Informou as autoridades?”, a maioria respondeu que sim (n=10). Os que disseram ‘não’, responderam que não o fizeram porque, num dos casos, “o incidente não teve importância” e, no outro, a vítima respondeu que “apresentar queixa obriga a despesas e maçadas”.

Dos que responderam que ‘sim’, existe o relato de uma senhora de 72 anos, residente em Selho (São Cristóvão), que mostrou uma postura interessante. Perante o facto de ter sido roubada, ela dirigiu-se de imediato ao padre da freguesia, reproduzindo, no presente artigo, a sua narrativa: “eu mal senti os rapazes da mota a roubarem-me a carteira, fui logo ao senhor padre falar com ele a explicar o que aconteceu. Depois, quando estava a vir embora é que vi a G.N.R. a passar na estrada em frente à igreja e aí chamei-os (...) mas eles mandaram-me ir ao posto apresentar queixa”. A partir desta narrativa, constata-se que o padre é a referência primária e só depois a G.N.R.. Este tipo de postura pode ser uma das explicações para a existência de muitos dos furtos/roubos não serem declarados às forças de segurança. Se a população, em especial a localizada em lugares em que o sacerdote exerce grande influência sobre os residentes/paroquianos, reporta os crimes ao padre, pode existir um número mais ou menos significativo de casos de crimes que não vai além do conhecimento da esfera da comunidade.

Das 41 vítimas de furto, foi identificada a existência de 64 furtos, sendo que 20 ocorreram durante o dia e 36 durante a noite. Para as restantes oito não foi identificado, por parte do inquirido, o período do dia em que aconteceu. Na maioria dos casos (53 furtos), não foi feita a identificação do dia da semana bem como do mês da ocorrência do crime, devido à situação reportar-se há muitos meses ou mesmo anos atrás. No entanto, foi possível identificar a quinta-feira e o sábado.

Dezoito vítimas afirmaram desconfiar da identidade do delinquente, em detrimento de 23 que não desconfiaram de alguém. À pergunta “Informou as autoridades?”, na maioria dos casos as vítimas responderam que sim. Das nove vítimas que não informaram as autoridades, seis referiram que o “incidente não teve

importância”, duas que “as forças de segurança não podiam fazer nada” e uma vítima afirmou que “apresentar queixa obriga a despesas e maçadas”.

A motivação para a apresentação de queixa altera-se consoante a gravidade que a vítima atribui ao ato. Os que não apresentaram queixa porque consideraram o incidente sem importância, não sentiram vontade de reaver o objeto furtado ou necessidade de ajuda. A falta do sentimento de dever cívico de denúncia provoca a existência da discrepância de resultados entre a criminalidade real e a participada às autoridades (Lourenço e Lisboa, 1998).

3.2.Perceção dos inquiridos face à criminalidade no município de Guimarães

A terceira parte do questionário dizia respeito à perceção ou opinião dos inquiridos face à criminalidade (furtos/roubos) no município de Guimarães.

Perante a pergunta “Como pensa que têm evoluído os crimes de furto/roubo, nas ruas, a residências, a veículos e nas lojas desde 2009 até à atualidade no município de Guimarães?”, dentro dos cinco níveis da escala de Likert usados, a maioria dos inquiridos respondeu que “aumentaram muito” ou “aumentaram ligeiramente” (Quadro 4). No caso dos furtos ou roubos nas ruas aos transeuntes, 39,5% dos inquiridos respondeu que “aumentaram ligeiramente”, seguindo-se 29,5% que respondeu que os crimes “aumentaram muito”. No caso dos furtos/roubos em residências, dos 200 inquiridos, 140 acreditam que os crimes aumentaram desde 2009, o que significa que 70% dos inquiridos acreditam num agravamento da criminalidade exercida sobre as residências, e no grupo destes 32,5% acredita que os furtos e roubos “aumentaram muito”.

Segundo 71% dos inquiridos, os crimes de furto/roubo a veículos aumentaram desde 2009 e, dentro destes, 31% acredita que os furtos/roubos exercidos sobre veículos “aumentaram muito”. Quando se referem aos crimes de furto/roubos exercidos em lojas, 68% dos inquiridos acredita num aumento deste tipo de crime desde 2009, contra apenas 1,5% que acredita terem diminuído os crimes em lojas.

De um modo geral, a maioria dos inquiridos acredita num aumento da criminalidade desde 2009 até à atualidade no município de Guimarães. No entanto, quando são questionados sobre a sua opinião em relação à segurança no município, a maioria dos inquiridos responde que este é “seguro” ou “pouco perigoso” (Quadro 5).

Quadro 4 - Perceção dos inquiridos sobre a evolução dos crimes de furto e roubo desde 2009 até agora no município de Guimarães nas ruas, residências, veículos e lojas

	Aumentaram muito		Aumentaram ligeiramente		Estabilizaram		Diminuíram		Diminuíram muito		n.s./n.r.	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ruas	59	29,5	79	39,5	38	19	4	2	-	-	20	10
Residências	65	32,5	75	37,5	37	18,5	5	2,5	-	-	18	9
Veículos	62	31	80	40	36	18	4	2	-	-	18	9
Lojas	60	30	76	38	39	19,5	3	1,5	-	-	22	11

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

indivíduos questionados que sofreram de vitimização apresentam níveis de sentimento de segurança superiores aos que não foram vítimas. A justificação da 'desvalorização' do risco por parte das vítimas poderá dever-se ao facto de estarem conscientes que existe o risco de serem furtadas e roubadas, mas, apesar disso, sentem-se seguras no município. No caso dos que não sofreram qualquer tipo de vitimização têm o sentimento de angústia e incerteza mais agudizado, o que os leva a ter um maior receio (Quadro 5).

Quadro 5 - Sentimento de segurança face ao município dos indivíduos que já foram vítimas e dos que não foram

	Seguro	
	Vítimas %	Não Vítimas %
Dia	64%	57%
Noite	38%	34%
Semana	48%	45%
Fim de semana	42%	41%
No inverno	44%	39%
No verão	48%	46%

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

Em 59% dos casos os inquiridos afirmaram sentir-se seguros de dia e apenas 35% assegurou sentir-se seguro de noite. A existência de 29% a afirmar que o município não é um espaço totalmente seguro à noite, bem como 24% referir tratar-se de um espaço perigoso conduz a um certo receio relativamente ao período da 'noite' (Quadro 6).

Os autores Rêgo e Fernandes (2011) afirmam que o período do dia mais temido pelos indivíduos é efetivamente o noturno mas os registos comprovam que é durante este período que ocorrem menos delitos (salvo os crimes contra edifícios comerciais ou industriais). A maioria dos furtos tem o seu pico durante o período do dia, como é o caso do furto em

residência, do furto praticado por carteirista e do furto de oportunidade. O receio à noite deve-se, segundo Painter (1992: 185 citado por Esteves, 1999: 50) “às estruturas ambientais e espaciais e o significado a elas associado altera-se à noite. A escuridão modifica fisicamente o espaço”.

Quadro 6 - Opinião dos inquiridos sobre a segurança do município de Guimarães, durante o período do dia, da noite, à semana ao fim de semana, no inverno e no verão

	Muito perigoso		Perigoso		Pouco perigoso		Seguro		Muito seguro		n.s./n.r.	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Dia	8	4	24	12	46	23	118	59	-	-	4	2
Noite	15	7,5	48	24	58	29	70	35	-	-	9	4,5
Semana	12	6	36	18	57	28,5	91	45,5	-	-	4	2
Fim de semana	11	5,5	43	21,5	58	29	82	41	-	-	6	3
No inverno	11	5,5	51	25,5	53	26,5	81	40,5	-	-	4	2
No verão	12	6	36	18	55	27,5	93	46,5	-	-	4	2

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

Não só o período noturno altera a perceção de segurança, como também o que ouvimos, lemos e vemos altera a nossa postura, de tal forma que a maioria dos inquiridos optou por um nível intermédio perante a pergunta “Como pensa que tem evoluído a segurança do município de Guimarães, durante o período do dia, da noite, à semana, ao fim de semana, no inverno e no verão?”. Mencionaram que não sentem qualquer problema em circular no município, mas revelaram ser cautelosos nas respostas preferindo a opção “pouco perigoso” em detrimento da opção “seguro”.

Devido aos muitos casos de crimes difundidos pelos órgãos de comunicação social local, bem como a opinião/experiências de familiares e amigos, os inquiridos foram mais prudentes nas respostas ou até mais pessimistas. Os vimaranenses inquiridos, na maioria dos casos, acreditam que a criminalidade no município tem vindo a aumentar, mas esta não afeta o seu sentimento de segurança ao circular pelo município.

A tendência dos inquiridos para opinar de forma negativa é justificada com acontecimentos ou notícias que ouviram ser relatados por terceiros. A comunicação social, quer ela seja local ou regional, influencia a imparcialidade na forma como difunde a informação (em especial a relacionada com crimes). Alia à “verdade dos acontecimentos” a sua perspetiva, que em alguns casos é de condenação da conduta ou crítica de determinado ato, desencadeando esta postura a formação de um sentimento de receio por

parte de quem ouve, lê ou vê este tipo de informação (Esteves, 1999; Medina, 2003; Giddens, 2008; Fernandes *et al.*, 2012; Oliveira *et al.*, 2012).

Quanto à pergunta “Na sua opinião quais as freguesias do município de Guimarães que considera mais perigosas para circular a pé ou de carro de noite ou de dia?”, 73,5% dos inquiridos respondeu que circula a pé de noite ou de dia pelo município sem evitar espaços/locais ou até mesmo freguesias. Dos 26,5% dos inquiridos que consideram algum local/espço/freguesia perigosos para circular de dia a pé, 18% não identificou nenhum local em concreto, apenas referindo que tinham receio dos locais pouco movimentados.

O receio de circular de dia é maior entre as mulheres pois, das 121 que responderam aos inquéritos, 38 (31,4%) consideram alguns espaços perigosos para circular. Dos 79 homens que responderam, apenas 14 (17,7%) evitam ou têm receio de circular em determinados locais, espaços ou freguesias.

Dos 26,5% que receiam circular a pé à noite, 17,5% evitam circular em locais pouco movimentados e/ou sem iluminação, e 2% evitam passar pelas freguesias pertencentes à cidade de Guimarães. O receio entre as mulheres prevalece superior, com 32,2% a evitar algum espaço, enquanto entre a amostra masculina apenas 17,7% afirma o mesmo.

Nos resultados obtidos após aplicação de um inquérito à população lisboeta, Esteves (1999), concluiu que as mulheres revelam um maior receio em relação à cidade. No entanto, se o ambiente onde o inquirido vive for associado à criminalidade, a sua imagem da insegurança será agravada. Segundo Giddens (2008: 226), “As áreas que sofrem maior privação material atingem geralmente elevados níveis de crime. (...) as minorias étnicas estarem desproporcionalmente concentradas em áreas do centro urbano parece ser um fator significativo do número elevado de vítimas no seu seio”.

A freguesia de Creixomil, no município de Guimarães, foi assinalada como sendo das mais perigosas para circular de dia e de noite a pé. O receio dos inquiridos deve-se, em especial, ao bairro social lá localizado, que está associado à degradação social, à pobreza e, especialmente, às minorias étnicas que lá residem.

Os bairros sociais periféricos às cidades são, de um modo geral, “zonas apontadas pelo rumor insegurizante como ‘hipermercados das drogas’, ‘bolsas de crime’, ‘sítios de marginalidade’” (Fernandes, 2004: 101). Segundo o que podemos verificar na Rua Associação Artística Vimaranesense – onde se localiza uma parte do bairro social – esta espelha os receios da população inquirida. É visível a degradação do espaço. Durante a noite alguns elementos da comunidade cigana estão acantonados no parque de estacionamento, existem carros em evidente estado de abandono, os edifícios encontram-se degradados e as árvores existentes provocam, durante o período noturno, muita escuridão na área, em especial junto dos passeios.

No caso da circulação de carro à noite, 96,5% afirma fazê-lo pelo município sem qualquer receio e 97,5% considera não existir nenhum espaço perigoso para circular de carro de dia. A esmagadora maioria dos inquiridos afirma não ter receio de circular à noite ou de dia de carro pelo município por considerar que o facto de estar dentro do veículo é seguro. A circulação feita no interior do carro garante uma maior proteção, em especial face aos crimes de *carjacking* (Esteves, 1999).

3.3. Perceção do sentimento de segurança dos inquiridos face à sua área de residência

A maioria dos inquiridos apesar de considerarem que a criminalidade tem vindo a aumentar desde 2009, sente-se seguro tanto a circular no município como na sua área de residência.

De um modo geral, 80% dos inquiridos sentem-se seguros na sua área de residência durante o dia, sendo que, destes, 71% afirmam apenas se sentirem “seguros” *versus* 1,5% que afirmam sentirem-se “muito seguros”. Em relação ao período da noite, 73% dos inquiridos afirmam sentirem-se seguros na sua área de residência e, destes, 1,5% afirmam sentir-se “muito seguros”. No inquérito de vitimização concretizado em 1994 (a nível nacional), 69% dos inquiridos afirmaram sentir-se seguros na sua área de residência à noite. Dentro da região Norte 71% afirmaram sentir-se seguros, em detrimento de 29% que se sentiam inseguros (Almeida e Alão, 1996).

O Quadro 7 revela-nos a existência de um sentimento de segurança por parte da maioria dos indivíduos face à sua área de residência, demonstrando que, apesar de a criminalidade ter vindo a aumentar, o fenómeno não afeta visivelmente a rotina ou hábitos dos indivíduos.

Os relatos do sentimento de segurança dos vimaranenses face à área de residência vão de encontro aos resultados dos estudos obtidos pelos inquéritos de vitimização realizados em 1994 (Almeida e Alão, 1996), aos inquéritos aplicados aos lisboetas por Esteves (1999) e também aos resultados obtidos pelos inquéritos aplicados por Peixoto (2012) às regiões dos Açores, da Beira Interior, do Douro Litoral e do Minho. Os autores são unânimes em afirmarem que a maioria dos inquiridos se sente seguro na sua área de residência.

Em muitos casos, obtivemos narrativas dos inquiridos afirmando que “apesar da ladroagem que existe por aí, eu em casa fecho bem as portas e não há problema de me roubarem”. O facto é que, do mesmo modo que os carros são vistos/sentidos como escudos protetores dos assaltos, também as residências são encaradas como tal.

Quadro 7 - Classificação por parte dos inquiridos da sua área de residência no que concerne à segurança

	Muito perigoso		Perigoso		Pouco perigoso		Seguro		Muito seguro		n.s./n.r.	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Dia	2	1	9	4,5	29	14,5	157	78,5	3	1,5	-	-
Noite	6	3	10	5	38	19	142	71	3	1,5	1	0,5
Semana	2	1	10	5	35	17,5	150	75	3	1,5	-	-
Fim de semana	4	2	11	5,5	34	17	148	74	3	1,5	-	-
No inverno	4	2	12	6	35	17,5	146	73	3	1,5	-	-
No verão	2	1	11	5,5	37	18,5	147	73,5	3	1,5	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

Outro facto comprovado através dos relatos dos inquiridos é a entreaajuda por parte da vizinhança. Parte dos inquiridos, e em especial os da classe etária superior aos 64 anos, afirmam que se sentem seguros porque sabem que podem contar com os vizinhos para tomarem conta deles. Os laços de vizinhança promovem a existência de uma vigilância natural ativa influenciando a criação de um bem-estar e conforto para a comunidade daquela rua ou local.

3.4.Opinião dos inquiridos face à criminalidade bem como à sua prevenção

Na última parte do questionário deu-se a oportunidade ao inquirido de exprimir a sua opinião sobre o problema da criminalidade no município de Guimarães, bem como avaliar o trabalho das forças policiais.

À pergunta “Pensa que a criminalidade no município de Guimarães é um problema?”, 39% dos inquiridos respondeu que a criminalidade se trata de um problema “grave”, e 32,5% considera tratar-se de um problema “cada vez mais grave” (Quadro 8).

Apesar do sentimento de segurança declarado anteriormente, apenas 13% dos inquiridos considerou que a criminalidade tem “pouca importância” e 1,5% defendeu a criminalidade como um fenómeno “sem importância”. Quando os inquiridos são confrontados com a pergunta “Como classifica a atuação e o trabalho das forças policiais na prevenção e no combate ao crime no município?”, 47% dos inquiridos considerou tratar-se de um trabalho “razoável” e 30,5% mencionou ser um “bom” trabalho (Quadro 9).

Com a última questão do questionário foram levantadas por parte de alguns inquiridos acusações à justiça portuguesa, em especial ao trabalho dos magistrados. Uma senhora de

43 anos, residente na freguesia de Caldelas (freguesia urbana), perante a pergunta “Como classifica a atuação e o trabalho das forças policiais na prevenção e no combate ao crime no município?” respondeu-nos que “os Juizes são os principais culpados. A G.N.R., ‘coitados’, prende os gatunos e no tribunal os Juizes mandam-nos embora. O mais certo é que os gatunos voltem a roubar! Os rapazes novos não têm dinheiro e têm de se virar para algum lado”.

Quadro 8 - Opinião dos inquiridos face ao problema da criminalidade no município

	Nº	%
Muito grave	11	5,5
Grave	78	39,0
Cada vez mais grave	65	32,5
Pouca importância	26	13,0
Sem importância	3	1,5
N.R./N.S.	17	8,5
Total	200	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

Quadro 9- Classificação por parte dos inquiridos da atuação e o trabalho das forças de segurança na prevenção e no combate ao crime no município

	Nº	%
Muito Bom	11	5,5
Bom	61	30,5
Razoável	94	47,0
Mau	20	10,0
Muito Mau	4	2,0
N.S./N.R.	10	5,0
Total	200	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

Outra narrativa que vale a pena considerar correspondeu a uma senhora de 80 anos, residente na freguesia de São Paio (freguesia urbana), que, perante a mesma pergunta, desabafou: “à quantidade de drogados que existe por aí – e à noite veem-se todos – é normal as pessoas serem roubadas. Os drogados precisam de comprar droga para alimentar o vício”. Segundo Peixoto (2012), o desabafo da senhora tem fundamento visto serem os toxicod dependentes os indivíduos com maior propensão para a prática da criminalidade, em especial de furtos e roubos.

O facto é que a população, de um modo geral, está atenta ao que se passa na sua comunidade e mostra-se exigente e bastante crítica perante posturas menos assertivas das entidades responsáveis pela segurança e bem-estar da comunidade.

4. Conclusões

Estamos cientes das limitações do estudo realizado, que deriva do facto de o tamanho da amostra recolhida (n=200) não permitir uma generalização dos resultados para a comunidade vimaranense. Não obstante, a amostra recolhida através de um inquérito por entrevista diretiva permitiu-nos concluir que os níveis de sentimento de segurança face ao município são elevados. Existe uma consciência coletiva de que a criminalidade nas ruas, nas residências, aos veículos e às lojas tem vindo a aumentar desde 2009. No entanto, esta consciência não abala o sentimento de segurança, mesmo entre os indivíduos inquiridos que sofreram de vitimização.

No grupo daqueles que identificaram um espaço/lugar ou freguesia como sendo perigoso para circular de carro ou a pé, corresponde na maioria dos casos a locais pouco movimentados de dia e pouco iluminados/movimentados de noite.

A área de residência é entendida como um espaço seguro, independentemente da altura do ano, da semana ou do dia. Os níveis de sentimento de segurança na área de residência são sempre superiores a 70%.

A população mostrou-se preocupada com o problema da criminalidade – 39% considera a criminalidade grave, 5,5% muito grave e 32,5% cada vez mais grave – mas esta preocupação não afeta, na maioria dos casos, as suas rotinas ou receios de estar ou passear pelo município.

O município é efetivamente um local seguro, a criminalidade existe mas no entanto não é a uma escala tão elevada que leve à alteração de rotinas dos cidadãos ou à constante preocupação com a segurança. Apesar do sentimento de segurança declarado, os vimaranenses mostram-se críticos com a atuação e o trabalho das forças de segurança, e em especial às forças de policiamento que patrulham o município.

Segundo 47% dos vimaranenses inquiridos o trabalho das forças de segurança na prevenção e no combate ao crime é razoável e 12% considera-o mau ou muito mau. A população inquirida enuncia a falta de policiamento nas ruas. Partilhamos da posição de Giddens (2008: 224) quando afirma que a solução para amenizar o sentimento de insegurança passa por “técnicas policiais muito visíveis, como o policiamento das ruas”.

A presença física das autoridades é um fator essencial para a comunidade, atenuando os seus anseios e preocupações. A população necessita de sentir-se protegida e para tal as forças de segurança têm de desempenhar um papel mais pró-ativo perante a comunidade em que estão inseridas.

No entanto, este papel de pro-ção não pode ser apenas exigido às forças de segurança. As entidades gestoras dos territórios, em especial as detentoras do poder local, desempenham um papel fulcral no planeamento e implementação de diretrizes que visem a segurança da sua comunidade. Um patrulhamento voltado para a relação de proximidade com os cidadãos, aliado a uma morfologia cuidada dos espaços, pode resultar na diminuição do sentimento de insegurança, e em última instância na diminuição efetiva do número de crimes.

Bibliografia

Almeida, M.R.C., & Alão, A.P. (1996). Os Inquiridos de Vitimização do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça. *Práticas e Processos da Mudança Social, III Congresso Português de Sociologia*. 1-6.

Associação de Apoio à Vítima (2002). *Projecto CÍBELE (2001-2002)*. Lisboa - Consultado em Outubro 25, 2012, em http://www.apav.pt/pdf/cibele_portugues.pdf.

Carnevalli, P., & Endlich, A. (2011). Sentimento de Insegurança Urbana nas Pequenas Cidades Brasileiras. *Revista Geográfica de América Central*, 47 Especial, 1-15.

Crowe, T. (2000). *Crime prevention through environmental design: applications of architectural design and space management concepts*. 2ª ed.. E.U.A.: National Crime Prevention Institute.

Esteves, A.I.P. (1999). *A criminalidade na cidade de Lisboa – Uma geografia da insegurança*. Lisboa: Edições Colibri.

Fernandes, J.L. (2004). Base Ecosociais do Sentimento de Insegurança. *Educação, Sociedade & Culturas*, 21, 93-112.

Fernandes, J.L.J., Vaz, A.M.C., & Barros, C.F. (2012), A perceção da cidade nos espaços verdes da cidade de Coimbra. *Atas XIII Colóquio Ibérico de Geografia, Producción Unidixital*. Santiago de Compostela, 1733–1743.

Fernandes, L., & Rêgo, L. (2011). Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematizações sociais e científicas do medo à cidade. *Etnografia*, 15, 167-181.

Guerreiro, M. (2003). Há Emoções Fortes, *Jornal On-line Correio da Manhã*, Consultado em Outubro 13, 2013, em <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/portugal/ha-emocoes-fortes>.

Giddens, A. (2008). *Sociologia*. 6ª ed.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Heitor, T. (2007). Insegurança em meio urbano: o espaço na mediação de oportunidades delituosas. *Revista Psicologia*, 2, 31-44.

Heitor, T. (2009). *(In)Segurança em Zonas de Residências. O Espaço da Oportunidade*, Valente, M., Urbanismo Segurança e Lei – Tomo II, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Coimbra: Edições Almedina.

Imprensa Nacional Casa da Moeda (2013). *Código Penal*. Col. "Direito, Jurisprudência e Doutrina". Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2012). *Censos 2011 – Resultados definitivos*. Lisboa.

Jacobs, J. (1992). *The Death and Life of Great American Cities*. 3ª ed.. New York: Vintage Books.

Lourenço, N., & Lisboa, M. (1998). *Dez anos de criminalidade em Portugal -Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*. Lisboa: Ed. Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do Centro de Estudos Judiciários.

Lourenço, N. (2010). Cidades e Sentimento de Insegurança: Violência Urbana ou Insegurança Urbana?. Junior, E.A.P., Silva, J.F., & Maron, J. *Um Toque de Qualidade – Eficiência e qualidade na gestão do sistema de defesa social. Superintendência de Avaliação e Qualidade da Atuação do Sistema de Defesa Social*. Belo Horizonte: Gráfica Andorinha e Editora Ltda., 15-37.

Machado, P., & Neves, A.V. (2011). *Segurança Pública e Desenvolvimento Urbano. A prevenção do crime através do espaço construído*, Política de Cidades – 7. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU).

Medina, J. (2003). Inseguridad ciudadana, miedo al delito y policía en España. *Revista Electrónica de Ciência Penal*, 05/03, 3-21.

Newman, O. (1996). *Creating Defensible Space*, Institute for Community Design Analysis. Washington: U.S. Department of Housing and Urban Development Office of Policy Development and Research Washington.

Niklaus, J. (2012). The Influence of the Philosophy of Police Tactics on breaking down Social Barriers. *International Journal of Criminology and Sociological Theory*, 5, 808-822.

Oliveira, P., Guibentif, P., & Gorjão, V. (2012). Representações sociais do crime e comunicação social. Martins, M. de L. (Coord.), *Crime e Castigo: práticas e discursos*. Braga: Ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 53-64.

Pain, R., Barke, M., Fuller, D., Gough, J., Macfarlane, R., & Mowl, G. (2001). *Introducing Social Geographies*. Grã-Bretanha: Arnold.

Peixoto, A.C.R. (2012). *Propensão, experiências e consequências da vitimização: representações sociais*, Tese de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa.

Ribeiro, V.P.R. (2012). *Mobilidade e acessibilidade da população aos serviços de saúde: o caso do município de Braga*. Guimarães: Tese de Doutoramento em Geografia, Universidade do Minho.

Sá, T. (2000). Segurança e o seu sentimento na cidade. *Atas do IV Congresso Português de Sociologia; Sociologia Portuguesa: Passados Recentes, Futuros próximos*, Universidade de Coimbra, s.p., Consultado em Junho 29, 2012, em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dc462900dd_1.PDF.

Surette, R. (2007). *Media, Crime and Criminal Justice – Images, Realities, and Policies*. Wadsworth: Ed. Fourth Edition.

Zauberman, R. (2010). Os crimes contra a propriedade: uma síntese dos trabalhos europeus. *Revista Dilemas de Estudos de Conflito e Controle Social*, 5-6, 211-235.